

Em Defesa Da Escola Pública De Qualidade

Distrito da Guarda

A política de redução do papel do Estado na satisfação das necessidades mais elementares das populações tem fortes reflexos na Educação. O distrito da Guarda, em apenas doze anos, perdeu quase 82% das escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico, passando, assim, de 401 escolas para 74 estabelecimentos deste nível de ensino, numa proporção muito superior à da redução da população. Foi, no entanto, a partir dos governos de Sócrates e Passos Coelho que se deu a grande redução na rede escolar, situação ainda mais agravada pela constituição de mega-agrupamentos, nestes casos não tanto em número de alunos e professores, mas sim, principalmente, em área geográfica envolvida.

As escolas do distrito vivem as mesmas dificuldades que as do resto do país devido ao seu subfinanciamento e embora respondam às necessidades locais, convivem e competem com instituições privadas que absorvem recursos públicos e alunos de forma injustificada, nomeadamente nos concelhos da Guarda, Sabugal e Seia.

Estas medidas, a juntar a tantas outras (fecho de serviços de saúde, maternidades, postos de correio...), refletem o estado de abandono a que o interior do país está votado. Ou seja, ao invés de se apostar numa política de investimentos que apoie o desenvolvimento destas zonas do país e de promover movimentos de população que garantam a sua ocupação, aposta-se na redução das condições necessárias para a fixação de famílias, particularmente dos jovens casais, os quais não encontram nem incentivos nem condições reais à sua instalação em localidades que acabam por ficar, à força destas medidas, ainda mais isoladas. É, pois, isolamento a juntar ao já, de si, muito isolado.

O SPRC tem acompanhado e denunciado todas as medidas que têm como consequência a quase inexistente rede de estabelecimentos escolares, com reflexos inevitáveis quanto ao futuro de vários concelhos do distrito da Guarda. Estas políticas têm hoje, justificado que dezenas de crianças e jovens sejam deslocados dos seus locais de residência para escolas que já são, nalguns casos, segundas oportunidades. Muitas destas crianças ou seus familiares estão deslocados de escolas, para onde se deslocavam até há bem poucos anos, mas que, entretanto, também foram encerradas.

Veja-se no quadro que se segue a evolução que se verificou na rede de escolas do 1.º ciclo do ensino básico, entre 2001 e 2013:

Encerramento de Escolas de 2001 a 2013

(por agrupamento de escolas)

AGRUPAMENTO	N.º DE ESCOLAS DO 1.º CEB EM 2006	N.º DE ESCOLAS DO 1.º CEB EM 2013	REDUÇÃO DE ESCOLAS (%)
<u>Agrupamento Almeida</u>	12	3	75%
<u>Agrupamento Celorico da Beira</u>	26	3	88,4%
<u>Agrupamento de Figueira C. Rodrigo</u>	13	2	84,6%
<u>Agrupamento de Escolas de Gouveia</u>	22	9	59,1%
<u>Agrupamento de Fornos de Algodres</u>	14	2	85,7%
<u>Concelho da Guarda</u>	14	2	85,7%
<u>Agrupamento de Manteigas</u>	4	2	50%
<u>Agrupamento de Meda</u>	11	1	91%
<u>Agrupamento de Pinhel</u>	26	4	84,6%
<u>Agrupamento de Sabugal</u>	26	7	73,1%
<u>Concelho de Seia</u>	44	13	70,4%
<u>Agrupamento de Trancoso</u>	22	6	72,7%
<u>Agrupamento de Vila Nova de Foz Côa</u>	16	2	87,5%

Total de Escolas a funcionar em

2001/2002 401

2004/2005 323

2005/2006 318

2013/2014 74

Esta é, pois, uma situação que é contraditória com o discurso de que é necessário recuperar o interior o país, incentivar o seu desenvolvimento e inverter a quebra de nascimentos. Ou seja, para além de uma política assassina de austeridade e de uma intenção declarada de empobrecer o país, os distritos do interior vivem abandonados à sua sorte com os poucos investimentos a incidir quase exclusivamente nos seus principais centros urbanos.

23/6/2015

O Sindicato dos Professores da Região Centro

Direcção Distrital da Guarda